

Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
LES0237 - Sociedade, Cultura e Natureza
Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques

A6 resenha em torno das críticas ambientalistas à revolução verde (MOREIRA, 2000).

Por: Armando Azevedo, Livia Reguengo, Paula Signoretti
Com sugestões dos grupos e do professor

As noções de desenvolvimento sustentável se desdobram em duas vertentes teórico-interpretativas críticas: aquela que trata a sustentabilidade com ênfase apenas na questão ambiental (sobretudo em países de capitalismo avançada e nas camadas sociais mais ricas) e aquela que relaciona a questão ambiental com a equidade social (especialmente em países periféricos e nas camadas mais pobres).

Apesar do debate sobre os riscos da degradação do meio ambiente terem se iniciado nos anos 1960 e 1970 (Georgescu-Roegen, 1971; Ignacy Sachs, 1985), o primeiro conceito a ser amplamente divulgado foi o postulado no Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*) de 1987, onde o desenvolvimento sustentável foi definido como aquele que satisfaça as necessidades do presente sem colocar em risco a satisfação das necessidades das futuras gerações.

Neste debate, outros conceitos são considerados mais precisos. Por exemplo, o ecodesenvolvimento enfatiza com muito vigor aspectos sociais, sugerindo um desenvolvimento autônomo das regiões periféricas (países subdesenvolvidos). Em contrapartida, as teses do crescimento zero e do congelamento do crescimento populacional tendem a enfatizar que o crescimento econômico e as tecnologias deveriam se pautar em recursos naturais renováveis, reduzindo assim a importância da crítica social e favorecendo a cristalização das desigualdades sociais.

Por outro lado, a ideia de um mundo rural sustentável pode ser associada às mudanças em termos de acesso aos recursos produtivos, com distribuição mais igualitária da propriedade rural. Nesta ótica, trata-se de combinar eficiência econômica com requisitos de justiça social e de prudência ecológica. Em suma, diferentes interesses econômicos e sociais se expressam na esfera sociopolítica, impondo diversas perspectivas à sustentabilidade.

No âmbito da agricultura, o debate sobre o desenvolvimento sustentável é alimentado pelas críticas contra a ‘Revolução Verde’. Desde a décadas de 1960, esta última foi amplamente difundida, caracterizando-se pelo receituário do pacote tecnológico industrial para a agricultura. No Brasil, ocorreu grandes estímulos para sua implementação, com subsídios de crédito agrícola destinados a grandes monocultivos. Estes subsídios favoreceram sobretudo as agroindústrias (maquinários e insumos industriais, tais como agrotóxicos e fertilizantes químicos).

Esta crítica contra a revolução verde pode ser tipificada em três grupos, como propõe Roberto José Moreira:

As críticas técnicas apontam para problemas relativos à degradação dos recursos naturais, à contaminação dos alimentos, à perda de biodiversidade, à destruição dos solos e ao assoreamento dos rios. Formula-se aqui uma reconceituação da relação do homem com a natureza, superando a concepção segundo a qual esta última deva ser tratada apenas como fonte de recursos para os seres humanos. Assim, trata-se de considerar os limites da natureza, a responsabilidade ambiental, a valorização da biodiversidade e a prudência ambiental. As agriculturas alternativas, em particular a orgânica, é apresentada como mais adequada para uma perspectiva fundada em prudência ambiental e sustentabilidade.

No caso das críticas sociais, o modelo conservador e excludente da modernização tecnológica da agricultura brasileira é contestado. A revolução verde favorece lógicas capitalistas privilegiando elites agrárias em desfavor dos trabalhadores rurais, o que resultou em empobrecimento destes últimos e crescimento da exploração da força de trabalho. Houve portanto reforço da desigual distribuição de recursos produtivos e da riqueza produzida.

As críticas econômicas apontam para a elevação dos custos de produção causados pela modernização. A dependência da agricultura industrial em relação ao petróleo explica em grande medida este fenômeno. A busca de matrizes energéticas alternativas, como o álcool é justificada por este problema. Porém, os grandes canaviais brasileiros revelam inúmeros outros impactos sociais e ambientais.

Por outro lado, o desenvolvimento sustentável do espaço rural é reivindicado por muitos movimentos sociais, que defendem mais apoio público para a agricultura familiar. A marginalização dos agricultores familiares os levaram a elaborarem estratégias das mais diversas para alcançar algum progresso econômico e social. Entre estas estratégias, a busca por outras fontes de renda familiar se destaca. Trata-se da pluriatividade, ou seja a realização simultânea de atividades agrícolas e não agrícolas. Estas últimas podem ser associadas a atividades no estabelecimento rural (como a fabricação de artesanato ou conservas caseiras e a prestação de serviços de turismo rural), o que pode ser definido como atividades para-agrícolas. A formação de associações e cooperativas constitui também estratégia consistente para fortalecimento dos agricultores familiares, tanto para a comercialização, quanto para a produção ou o processamento alimentar.

Não há muitos indícios de mudança do panorama de concentração fundiária, visto o poder político da frente agrária e da bancada ruralista que bloqueiam a concretização das reivindicações dos movimentos sociais do campo. Portanto, o Brasil está longe de assegurar direitos de cidadania plena aos rurais.

Roberto José Moreira propõe a noção de ‘ideologia da subsistência’ para explicar parte dos bloqueios que impedem o reconhecimento dos papéis da agricultura familiar. Esta noção sugere a grande difusão de ideias segundo a qual os agricultores familiares não têm condições de saírem do patamar da subsistência. Na verdade, a agricultura familiar tem um papel muito relevante na produção agrícola destinada à alimentação do país. De todo modo, a ideologia da subsistência favorece formulações de políticas públicas assistencialistas para a agricultura familiar ignorando seu potencial econômico e impedindo sua ascensão social. Porém, existem importantes exemplos de agricultura familiar forte, produzindo com alto valor agregado em países como França, Espanha ou Holanda.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas (1971), *The Entropy Law and the Economic Process*,
Harvard University Press.

MOREIRA, Roberto José (2000). “Críticas ambientalistas à Revolução verde”. *Estudos
sociedade e agricultura*, n° 15, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 39-52.

SACHS, Ignacy (1985), *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir*, São Paulo: Editora
Vértice